

**Estudos Técnicos Preliminares**
Serviços de Capacitação**1. Análise de Viabilidade da Contratação****1.1. Descrição Sucinta do Objeto**

Contratação da empresa **ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda.**, mediante inexigibilidade de licitação, para viabilizar a participação de 08 (oito) servidores deste TRE/PE na SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, na modalidade presencial, em Brasília/DF, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023.

Esta contratação está prevista na 1ª revisão do Plano Anual de Capacitação 2023.

1.2. Unidade Demandante

Nome da Unidade Demandante	Sigla da Unidade Demandante
SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	SOF

1.3. Referência ao DOD e ao Termo de Ciência da Equipe de Planejamento

Documento de Oficialização da Demanda	2202587
Termo de Ciência da Equipe de Planejamento	2203895

1.4. Requisitos do Objeto

Desde o início da pandemia da Covid 19, ainda no início do ano de 2020, foram suspensas as chamadas "Semanas Orçamentárias e Financeiras", promovidas pela Escola Nacional de Administração Pública. Essas capacitações visam abordar de forma integrada e contínua, a partir de diversos painéis, temas variados das áreas orçamentária, financeira e contábil, atingindo todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade num mesmo evento de capacitação.

Após esse longo período de inatividade, o evento se reveste ainda mais de relevância, em razão de todas as alterações ocorridas desde o ano de 2019, tanto nos regimes de contratação quanto nos regimes contábeis, financeiros e orçamentários.

1.5. Benefícios Esperados

Possibilitar, aos servidores da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF, a atualização sobre todas as inovações presentes na Administração Pública ao longo dos últimos anos, incluindo os novos sistemas de processamento de convênios, transferências orçamentárias, empenhamento da despesa, registro patrimonial, entre outros, num único evento que congrega todas as áreas relacionadas.

1.6. Alinhamento Estratégico

Objetivo(s) Estratégico(s) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:	OE 11: Aprimorar a governança e a gestão de pessoas.
Sequencial no Plano de Contratações Anual:	154

1.7. Eventos de Capacitação Disponíveis no Mercado

Não foram encontrados outros eventos disponíveis no mercado na referida temática.

1.8. Justificativa da Capacitação Escolhida

Há 32 anos, a ESAFI capacita servidores e realça que há de melhor em cada um no âmbito profissional. Já são mais de 60 mil alunos treinados e espalhados pelo América do Sul. Divididas em 6 áreas, a empresa possui mais de 80 temas disponíveis para cursos presenciais e online.

A ESAFI procura atender à real necessidade do setor, órgão ou instituição. Com um briefing bem preparado, leva para a administração pública o melhor dos instrutores, que além de especialistas no assunto, também são (ou eram) servidores com vivência em cargos de alta relevância e conhecem bem o funcionamento de cada área em que atuam (ou atuaram).

A possibilidade de capacitar os servidores das diversas áreas orçamentária, contábil e financeira num único evento, integrando conhecimentos e ampliando a visão dos participantes sobre todas as etapas da despesa pública. Abordar diversos temas que se interrelacionam, capacitando os servidores numa visão ampliada sobre todos os temas que integram a área administrativa e financeira, agregando dinamismo, pluralidade de conhecimentos e visão sistêmica de suas atividades desenvolvidas.

A realização do evento será apenas no formato presencial, o que favorece a exposição do conteúdo, a troca de experiências, a apresentação de casos reais e a exercitação do processo de trabalho, além de contribuir para um maior nível de aproveitamento do conteúdo programático, em razão do menor risco de interrupções aos participantes, na medida em que se deslocam de suas salas de trabalho e atividades habituais e imergem nas ações conduzidas pelo instrutor.

1.9. Descrição do Serviço a ser Contratado

Contratação da empresa **ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda.**, mediante inexigibilidade de licitação, para viabilizar a participação de 08 (oito) servidores deste TRE/PE na SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, com o objetivo de tornar mais eficiente a alocação e a aplicação dos recursos públicos e de tornar mais racionais os gastos governamentais com vistas a fortalecer a integração entre os Órgãos Públicos, de forma a aproximar os governos Federal, Estadual e Municipal. O intercâmbio de ideias e a troca de informações na área de Orçamento, Planejamento e Finanças, permitirão aos participantes conhecer a realidade da gestão das finanças públicas no Brasil, promovendo, também, o aprimoramento contínuo do sistema orçamentário e a sua operacionalização por parte dos servidores envolvidos.

O curso será ministrado na modalidade presencial, em Brasília/DF.

O prazo da execução dos serviços é de 28 horas/aula, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023.

1.10. Local e Horário da Prestação do Serviço

Os encontros presenciais serão realizados em Brasília/DF, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023, das 08h30 às 17h.

1.11. Custos Totais da Solução

1.11.1. Orçamento Estimado

O valor da inscrição (2º lote) do evento **aberto** é de R\$ 4.690,00 (quatro mil, seiscentos e noventa reais), na modalidade presencial, conforme material de divulgação extraído do sítio eletrônico da ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda. (2203948).

A ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda. enviou proposta comercial para a participação de 08 (oito) servidores do TRE/PE, com desconto de R\$ 1.258,00 sobre o valor da inscrição individual.

Assim, o **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO** é de **R\$ 27.456,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais)**, referente à participação de 08 (oito) servidores do TRE-PE. Custo de R\$ 3.432,00 por servidor.

O custo estimado com diárias e passagens aéreas para o deslocamento em questão é de **R\$ 48.896,00 (quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais)**, conforme mensagem eletrônica 2205163, totalizando **R\$ 76.352,00 (setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais)**.

Foram acostadas notas de empenho do referido evento (2204260), realizado pela ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., conforme abaixo discriminado:

1) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

Curso: SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nota de Empenho: 2023/244, emitida em 11/04/2023.

Valor: R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais), referente à participação de 01 (um) servidor.

Carga Horária: 28h/a

2) MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA

Curso: SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nota de Empenho: 2023NE000133, emitida em 26/04/2023.

Valor: R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais), referente à participação de 01 (um) servidor.

Carga Horária: 28h/a

3) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Curso: SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nota de Empenho: 2023NE440, emitida em 20/04/2023.

Valor: R\$ R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais), referente à participação de 01 (um) servidor.

Carga Horária: 28h/a

Sendo assim, comprova-se que o valor cobrado para a realização do curso em questão está de acordo com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas, conforme notas de empenho anexadas ao processo, e, ainda, com o preço de balcão anunciado na página da internet.

2. Critérios de Sustentabilidade

Seguem abaixo os Critérios de Sustentabilidade que subsidiarão as contratações do Plano Anual de Capacitação 2023 do TRE/PE, conforme Informação 1159 (2110060), da Assistência de Gestão Socioambiental.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE.
- No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a licitante vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), devendo apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência.
- Em caso de Pessoa Jurídica com funcionários, declarar que realiza e mantém o quadro funcional devidamente orientados quanto às práticas de prevenção ao contágio da COVID-19, aplicáveis à rotina desse serviço.
- Em caso de capacitação presencial, o(a) contratado(a) deverá incluir na Declaração Sustentabilidade que atende às práticas de segurança sanitária vigentes com vistas à prevenção do contágio pelo novo Coronavírus e que se compromete a adotar todas as cautelas necessárias a evitar essa disseminação.
- É obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- Apresentar declaração afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo.

3. Estratégia para a Contratação

3.1. Natureza do objeto

O objeto a ser contratado possui natureza singular e destina-se a atender uma necessidade pontual e instantânea.

3.2. Modalidade da contratação

Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro órgão federal	
Contratação Direta – Dispensa de Licitação	
Contratação Direta – Inexigibilidade	X
Diálogo Competitivo	
Pregão Eletrônico	
Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços	
Pregão Presencial	
Termo de Cooperação, Convênio ou documentos afins	
Outros (descrever a modalidade)	

3.3. Justificativa para a modalidade de contratação escolhida

Recomenda-se a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/2021.

3.4. Período de Execução e Vigência do Contrato

O prazo da execução dos serviços é de 28 horas/aula, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023.

3.5. Parcelamento do objeto

Em razão do objeto da contratação ser de aplicação imediata, não há necessidade de parcelamento.

3.6. Adjudicação do objeto

Nas contratações diretas, não se verifica a utilização da figura da adjudicação, mas sim após a autorização da autoridade superior, a emissão da nota de empenho e a consequente contratação.

3.7. Formalização da Contratação

Sugere-se a substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

3.8. Classificação da despesa

O objeto refere-se a despesa corrente e a natureza da despesa (ND) é 3390.39.48.

3.9. Equipe de Planejamento da Contratação

Função	Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Integrante Demandante	Maurício Alexandre da Silva Filho	mauricio.filho@tre-pe.jus.br	COFINC	3194-9486
Integrante Demandante	Dario Queiroz Maciel Nunes Filho	dario.nunes@tre-pe.jus.br	COR	3194-9493
Integrante Demandante	Marco Antonio de Carvalho Capella	marco.capella@tre-pe.jus.br	SOFGAB	3194-9208
Integrante Administrativo	Fernanda de Azevedo Batista	fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br	SEDOC	3194-9655

3.10. Equipe de Gestão da Contratação

Função	Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Gestor da Contratação	Fernanda de Azevedo Batista	fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br	SEDOC	3194-9655
Fiscal Administrativo	Cristiane Paes Barreto de Castro	cristiane.paesbarreto@tre-pe.jus.br	SEDOC	3194-9654
Fiscal Administrativo	Maurício Alexandre da Silva Filho	mauricio.filho@tre-pe.jus.br	COFINC	3194-9486
Fiscal Demandante	Dario Queiroz Maciel Nunes Filho	dario.nunes@tre-pe.jus.br	COR	3194-9493
Fiscal Demandante	Marco Antonio de Carvalho Capella	marco.capella@tre-pe.jus.br	SOFGAB	3194-9208

4. Análise de Riscos

Descrição do Risco	Descrição do Dano	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Ação de Controle ou Contingência	Prazo	Responsável
Refazimento da inexigibilidade	A invalidade dos documentos de habilitação jurídica da PF ou PJ contratada: certidões, atestados, declarações podem acarretar um atraso no processo de contratação.	Baixa	Médio	Média			
Atraso na capacitação	Atrasos no início do evento por parte da PF ou PJ contratada; por ordem do próprio Tribunal ou desistência/ mudança do instrutor/ palestrante e possibilidade de substituição, entre outros.	Baixa	Médio	Média	Gestões junto às unidades competentes pelo processo de contratação para que se imprima celeridade bem como providências junto ao contratado.	Durante todo o processo de contratação	SEDOC
Perda da disponibilidade orçamentária	Por razões de ordem financeiras atestadas pela SOF ou seção competente deste Tribunal, pode ocorrer atraso ou até cancelamento da contratação	Baixa	Médio	Alta			

5. Informações Complementares

Conforme previsão contida no [§ 2.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021](#), acerca da necessidade de justificativas quanto a não utilização dos elementos não obrigatórios, informamos que todos os itens previstos no [§ 1.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021](#), obrigatórios ou não, estão contemplados neste ETP.

6. Anexos

- Consulta ao sítio eletrônico da ESAFI (2203948);
- Notas de Empenho Similares (2204260).

7. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **DÁRIO QUEIROZ MACIEL NUNES FILHO, Coordenador(a)**, em 12/05/2023, às 09:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON COSTA RODRIGUES, Secretário(a)**, em 12/05/2023, às 11:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO, Coordenador(a)**, em 12/05/2023, às 11:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO DE CARVALHO CAPELLA, Analista Judiciário(a)**, em 12/05/2023, às 11:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE AZEVEDO BATISTA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 12/05/2023, às 11:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2203905** e o código CRC **CCE33DE2**.

**Termo de Referência**
Serviços de Capacitação**1. Objeto a ser Contratado** (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)**1.1. Descrição Detalhada do Objeto**

Contratação da empresa **ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda.**, mediante inexigibilidade de licitação, para viabilizar a participação de 08 (oito) servidores deste TRE/PE na SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, na modalidade presencial, em Brasília/DF, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023.

O objeto a ser contratado possui natureza singular e destina-se a atender uma necessidade pontual e instantânea.

Esta contratação está prevista na 1ª revisão do Plano Anual de Capacitação 2023.

1.2. Vigência da Contratação

Sugere-se a substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei nº 14.133/2021)

Os estudos preliminares referentes a esta contratação estão no doc. nº 2203905

3. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art.6º, inciso XXIII, alínea ‘h’ da Lei nº 14.133/2021)

Recomenda-se a **inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21 c/c § 3º.

DADOS DA EMPRESA	
Nome	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda.
CNPJ	35.963.479/0001-46
Endereço	Av. Rio Branco, 1765, salas 205 e 206 - Praia do Canto - Vitória/ES - CEP: 29055-643
Telefones	(27) 3224-4461
E-mails	esafi@esafi.com.br
Dados Bancários	Banco do Brasil (001) - Agência 0021-3 - C/C 104154-1

3.1. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

Recomenda-se a **inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21 c/c § 3º.

Fundamento. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Art.74, 14.133/21. Na visão do TCU, o procedimento deve ser motivado:

Jurisprudência do TCU.

Adote procedimentos de inexigibilidade de licitação somente quando houver inviabilidade de licitação, **motivando adequadamente os atos**. (grifo nosso)

Ac. 195/2008 – 1ª Câmara.

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Na linha de raciocínio da previsão legal em destaque, o Tribunal de Contas da União posicionou-se a respeito dos três requisitos simultâneos para a contratação de serviços técnicos (inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21). Está exteriorizado através da **Súmula n.º 252 do TCU**. Vejamos:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: **serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza**

Em que pese a Súmula nº 252 do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para contratação de serviço técnicos aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

A súmula em epígrafe confirma o tripé basilar relacionado com a contratação de pessoas jurídicas/físicas com notória especialização e que prestam serviço singular. Tais características excepcionam a regra geral da necessidade de licitar. Em tese, a qualificação do contratado inibe a possibilidade de competição. Dos três requisitos simultâneos mencionados pelo TCU, dois deles têm relação com o objeto da contratação: a) **o serviço deve ser técnico**; b) **a natureza do serviço deve ser singular**. Já o terceiro é está relacionado com a pessoa a ser contratada: **o contratado deve ser qualificado como notório especialista (cunho subjetivo)**.

No que pertine ao segundo aspecto do objeto da contratação (natureza singular) é imperioso mencionar que se trata de um serviço cuja execução requer o emprego de atributos subjetivos como elementos essenciais para sua execução satisfatória, a exemplo da arte e racionalidade humanas. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas preestabelecidas e conhecidas.

Singularidade, na verdade, é do serviço! E possui três características fundamentais: deve ser **anômala, diferente e específica**. Não significa que seja único! O próprio TCU se manifestou a respeito da singularidade “anômala” ou “diferenciada”:

Licitação – Contratação Direta Jurisprudência – TCU

– Acórdão 2684/2008 – Plenário:

(Voto do Ministro Relator): Segundo o Prof. Marçal: ‘A natureza singular se caracteriza como uma situação **anômala, incomum**, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional ‘especializado’. (grifo nosso)

– Acórdão 1074/2013 – Plenário:

O conceito de singularidade de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 **não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade**. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação **diferenciada** e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifo nosso)

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Em que pese o Acórdão 1074/2013 TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para singularidade de contratação aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

De outra banda, **Celso Antônio Bandeira de Mello**, em sua renomada obra “*Curso de Direito Administrativo*”, 20ª edição, página 508, define brilhantemente as características do **serviço singular**:

“Neste quadro cabem os mais variados serviços: uma monografia escrita por experiente jurista; uma intervenção cirúrgica realizada por qualificado cirurgião; uma pesquisa sociológica empreendida por uma equipe de planejamento urbano; um ciclo de conferências efetuado por professores; uma exibição de orquestra sinfônica; uma perícia técnica sobre o estado de coisas ou das causas que o geraram. Todos estes serviços se singularizam por um estilo ou uma orientação pessoal. **Note-se que a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos.**” (grifo nosso)

Sobre o fato de **singularidade não representar serviço único**, vale a pena extrair trecho da **Apostila do Auditor do TCU, Sandro Bernardes**. Curso realizado na **Escola Judicial do TRT da 6ª Região**, no dia 09/05/2018, em Recife-PE. Na página **93**, está assim disposto:

Adentrando no exame da singularidade do objeto, **ênfatisa que tal conceito não pode ser confundido com unicidade, exclusividade, ineditismo ou mesmo raridade. Se fosse único ou inédito, seria caso de inexigibilidade por inviabilidade de competição**, fulcrada no caput do art. 25, e não pela natureza singular do serviço. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede que exista a contratação amparada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. (grifo nosso)

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública .Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Em que pese a Apostila do Auditor do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para singularidade de contratação aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

Na esteira do raciocínio em tela, admite-se certa **margem de subjetividade na escolha do contratado**, desde que escolhido profissional ou empresa de notória especialização. **Não significa que o serviço seja o único disponível no mercado**. O que entra em causa é a **singularidade relevante**, como afirma o ilustre Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP. Em apertada síntese, ele sintetiza, explicando:

“Cumpra que os fatores singulizadores de um dado serviço apresentem realce para a satisfação da necessidade administrativa. Em suma: as diferenças advindas da singularidade de cada qual repercutam de maneira a autorizar a presunção de que o **serviço de um é o mais indicado do que o do outro.**” (grifo nosso)

Necessário se faz colacionar neste TR trechos dignos de destaque na **Decisão 439/98 – Plenário TCU**. Trata-se de um dos mais importantes julgados do referido órgão de contas acerca do tema: **possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**. O que se depreende do brilhante *decisum* é que o procedimento de inexigibilidade de licitação é o mais recomendado para todo treinamento/capacitação (sem qualquer restrição), não devendo ser deflagrado procedimento licitatório. A justificativa deve-se ao fato de que **os profissionais ou empresas são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição**. Senão vejamos:

– Processo nº TC 000.830/98-4 Interessado: **Tribunal de Contas da União** Órgão: Secretaria Geral de Controle Externo - SEGECEX Relator: MINISTRO ADHEMAR PALADINI GHISI. Representante do Ministério Público: não atuou Unidade Técnica: Secretaria de Auditoria - SAUDI Especificação do "quorum": Ministros presentes: Homero dos Santos (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi (Relator), Carlos Átila Álvares da Silva, Bento José Bugarin e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha. Assunto: Administrativo Ementa: **Estudos desenvolvidos sobre a possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, bem como inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros. Hipótese aceita. Arquivamento. - Licitação. Inexigibilidade. Natureza singular. Considerações. - Licitação. Notória especialização. Considerações. Data DOU: 23/07/1998 (grifo nosso)

...

19. **Há quem defenda que a inexigibilidade de licitação seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.'** ("in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111). (grifo nosso)

...

Nessa senda, uma vez feita a análise/escolha de um serviço pelo critério de que é mais indicado do que de outro, a Administração seleciona o chamado o **executor de confiança**. O TCU, através da **Súmula nº 39**, preconiza que:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, **na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação**, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993.” Sessão de 01/06/2011 – Acórdão AC – 1437-21/11- Plenário.(grifo nosso)

Em que pese a Súmula nº 39 do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

A seleção de um **executor de confiança** implica em significativa redução do risco de insucesso na contratação. Ademais, é necessário que a prestação de serviço seja diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. Importante mencionar a definição legal, **na forma da Lei 14.133/2021 (§3º, III, do Artigo 74) de notória especialização, *ipsis litteris*:**

"Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, **permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado** à plena satisfação do objeto do contrato". (grifo nosso)

Em reforço jurisprudencial à previsão legal em destaque (**conceito de notória especialização**) e existência de mais de um executor do serviço / não serem os únicos no mercado, mais uma vez nos reportamos a **Decisão 439/98 - Plenário TCU**. Conclui-se que a realização de certame seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e desatenderia ao interesse público. Extraí-se neste momento trecho elucidativo a respeito do referido conceito, *ipsis litteris*:

...

30. **O conceito de notória especialização, contido no § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93, refere-se a requisitos, relacionados com as atividades do profissional, que permitam inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.** 31. **É sensivelmente predominante na doutrina a tese de que o notório especialista não é, necessariamente, o único prestador do serviço pretendido. Precisa ser, no entanto, indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto.** Citamos alguns autores que comungam esse pensamento: "A inviabilidade de competição, nos casos de prestação de serviço, ocorre quando presentes certos elementos característicos. O caso mais evidente ocorre quando uma única pessoa se encontra em condições para executar um serviço. Não haverá competição possível quando inexistir pluralidade de particulares habilitados a satisfazer a Administração Pública. Essa, porém, é uma situação excepcional. Estatisticamente, configura uma hipótese extremamente rara. Há casos mais comuns de aplicação do art. 25, inc. II." (Marçal Justen Filho, 'in' Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 4ª edição, 1995, pág. 170); "...Por certo poderíamos, no plano abstrato, afirmar a possibilidade de se realizarem procedimentos seletivos (não 'licitações', note-se) para as contratações desse tipo de serviços, visto que, embora tenham natureza singular, não são os únicos (isto é, mais de um profissional e mais de uma empresa podem prestá-los). ... A realização de licitações nesses casos, no entanto - 1ª- seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da

licitação e - 2º - desatenderia ao interesse público'. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 88). 'Destarte, a primeira verificação que fazemos é a de que a notória especialização traz em seu bojo uma singularidade subjetiva, isto é, de seu executor. Note-se que dissemos singularidade e não exclusividade. Evidentemente, se alguém for único na matéria, a licitação tornar-se-ia não mais despcienda, mas impossível. Haveria, desta maneira, impossibilidade fática de licitar!' (Lúcia Valle Figueiredo, 'in' Direitos dos Licitantes, Malheiros, 3ª ed., 1992, pág. 33). (grifo nosso)

DA ANÁLISE DOS ATRIBUTOS DA PESSOA JURÍDICA A SER CONTRATADA (ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA.)

A **ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA.** foi fundada em 06 de novembro de 1990 pelo Professor Eliacir Santos de Almeida, que serviu ao governo do Estado do Espírito Santo durante mais de 30 (trinta) anos. Ao longo desse tempo, percebeu uma lacuna no serviço público, na área de capacitação e treinamento. Dessa forma, surgiu a ideia de criar uma empresa que prestasse este serviço aos servidores públicos, com treinamentos atualizados e que contemplassem assuntos do cotidiano desses funcionários. Na época da criação da empresa, seu fundador era o único Professor disponível no quadro docente da Esafi, atuando na área das finanças públicas. Após 20 (vinte) anos no mercado, já são mais de 60 (sessenta) professores que compõem o corpo docente da empresa. Além disso, a Esafi aumentou consideravelmente seu leque de cursos, atuando em outras áreas do ramo da capacitação, tais como: Auditoria, Convênios, Licitações, Contratos, Previdência Social, Processo Administrativo Disciplinar, Prestação de Contas, Gestão de Pessoas, Gerenciamento de Projetos e outros.

Há 32 anos, a ESAFI capacita servidores e realça o que há de melhor em cada um no âmbito profissional. Já são mais de 60 mil alunos treinados e espalhados pelo América do Sul. Divididas em 6 áreas, a empresa possui mais de 80 temas disponíveis para cursos presenciais e online.

A ESAFI procura atender à real necessidade do setor, órgão ou instituição. Com um briefing bem preparado, leva para a administração pública o melhor dos instrutores, que além de especialistas no assunto, também são (ou eram) servidores com vivência em cargos de alta relevância e conhecem bem o funcionamento de cada área em que atuam (ou atuaram).

A SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA será realizada na modalidade presencial, em Brasília/DF, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023, e tem como objetivo tornar mais eficiente a alocação e a aplicação dos recursos públicos e de tornar mais racionais os gastos governamentais com vistas a fortalecer a integração entre os Órgãos Públicos, de forma a aproximar os governos Federal, Estadual e Municipal. O intercâmbio de ideias e a troca de informações na área de Orçamento, Planejamento e Finanças, permitirão aos participantes conhecer a realidade da gestão das finanças públicas no Brasil, promovendo, também, o aprimoramento contínuo do sistema orçamentário e a sua operacionalização por parte dos servidores envolvidos.

A capacitação terá 28 (vinte e oito) horas de carga horária. Tem como público-alvo os servidores lotados nas áreas de Contabilidade, Planejamento, Orçamento, Finanças, Materiais, Patrimônio, Controle Interno e afins, das esferas Federal, Estadual e Municipal, dos três Poderes, entidades do Sistema "S", empresas públicas e Conselhos de Categorias Profissionais.

A **ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA.** possui relevante histórico de prestação de serviços junto ao Poder Público, como também possui grande experiência de mercado. Junta-se ao presente Termo de Referência **10 (DEZ) ATESTADOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**, em favor da empresa (2204802):

a) O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., realizou o curso "*Reajuste, Revisão e Repactuação de Preços nos Contratos Administrativos*", com duração de 21 horas, via plataforma online, capacitando 40 servidores nos dias 16, 17 e 18/09/2020, dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados. Atestou, ainda, que o serviço prestado foi executado satisfatoriamente pela palestrante, não existindo nos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Documento expedido em 06/10/2020.

b) O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - TJ/RO** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., prestou, de forma satisfatória e compatível com todas as especificações exigidas, o curso "*Repositórios Confiáveis para Documentos Arquivísticos*", com carga horária de 16 horas, realizado em forma de web conferência, utilizando a plataforma Zoom Profissional, no período de 5 a 8 de outubro de 2020. Ressaltou, ainda, a qualidade do material didático fornecido e da organização da empresa, bem como o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela empresa. Documento expedido em 15/10/2020.

c) A **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., prestou serviço de treinamentos/cursos para servidores. Atestou, ainda, que foi executado satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Documento expedido em 05/11/2020.

d) O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., prestou serviços de capacitação e treinamento, por meio do curso "*Gestão do Patrimônio Imobiliário na Administração Pública*", no formato EAD online e ao vivo, no período de 18 a 22/01/2021, com carga horária total de 20 horas. Atestou, ainda, o fiel cumprimento das obrigações e compromissos assumidos, demonstrando idoneidade comercial e que todos os serviços executados pela ESAFI foram realizados de forma amplamente satisfatória, não existindo nos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da referida escola. Documento expedido em 25/01/2021.

e) A **ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., prestou de forma satisfatória e compatível com todas as especificações exigidas, o curso "*A gestão de convênios e suas implicações no Siconv: da captação de recursos a tomada de contas especial*", com a carga horária de 16 horas, realizado na modalidade EAD, no

período de 03 a 06 de novembro de 2020. Declarou que a empresa está apta a executar esses serviços para outras empresas, nada tendo que a desabone. Ressaltou, ainda, a qualidade do material didático fornecido e da organização da empresa, bem como o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela empresa. Documento expedido em 12/11/2020.

f) O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., inscrita no CNPJ nº 35.963.479/0001-46, ministrou o curso “*Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância e Inquérito: Lei nº 8.112/90*” no formato ONLINE 100% AO VIVO, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula, no período de 04 a 08.10.2021. Atestou, ainda, que o conteúdo programático foi ministrado de forma bastante organizada, atendendo as expectativas dos participantes, não havendo, até o momento, registro de qualquer ato que desabone a conduta de empresa supracitada. Documento expedido em 11/10/2021.

g) O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., CNPJ nº 35.963.479/0001-46 realizou o curso sobre “*Gestão do Patrimônio Imobiliário*”, com duração de 25 horas, via plataforma online, para 16 servidores, no período de 22 a 26 de novembro de 2021, dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados. Atestou, ainda, que o serviço prestado foi executado satisfatoriamente, não existindo nos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Documento expedido em 29/11/2021.

h) O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., CNPJ nº 35.963.479/0001-46 realizou o curso sobre “*SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens*”, com duração de 20 horas, nos dias 08, 10, 14 e 18 de fevereiro de 2022, dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados. Atestou, ainda, que o serviço prestado foi executado satisfatoriamente, não existindo nos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

i) A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., CNPJ nº 35.963.479/0001-46 realizou o curso “*Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência com Ênfase no IF-BRA*”, no formato EAD online e ao vivo, ministrado no período de 29 de agosto a 1º de setembro, com carga horária de 20 horas, ministrado pelo Dr. Miguel Abud Marcelino, com o fiel cumprimento das obrigações e compromissos assumidos, demonstrando idoneidade comercial. Atestou, ainda, que os serviços prestados foram realizados de forma amplamente satisfatória, não existindo nos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da referida escola. Documento expedido em 05/09/2022.

j) O **DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS** atestou que a empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda., CNPJ nº 35.963.479/0001-46 realizou o curso sobre a “*Nova Lei Geral de Licitações Públicas - 14.133/2021*”, no período de 17 a 21 de outubro de 2022, com carga horária total de 35 horas, ministrado pelos professores Marcos Lopes Meira e Lucimara Oldani Taborda Coimbra Paulo Rosso. Atestou, ainda, o fiel cumprimento das obrigações e compromissos, demonstrando idoneidade comercial, assim como que todos os serviços executados foram realizados de forma amplamente satisfatória, não existindo nos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta da referida escola. Documento expedido em 28/02/2023.

O evento em voga terá como instrutores **ALESSANDRO REIS, ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE, HELOÍSA HELENA GODINHO, FABIANO DE FIGUEIREDO ARAÚJO e RODRIGO MEDEIROS DE LIMA**. Segue abaixo uma breve discriminação de seus currículos, que fazem parte integrante desse processo (2204792).

→ **ALESSANDRO REIS**

Consultor, professor e palestrante na área de convênios para celebração de instrumentos de repasse. Atua na Elaboração de Projetos para captação de recursos por meio das Transferências Voluntárias. Responsável pelo material e execução das capacitações da Rede Escola de Governo do Rio Grande do Sul.

Especialista em Projetos SOCIAIS, com 20 anos de experiência, na área de captação de recursos, monitoramento de contratos de gestão e termos de parceria para entidades privadas sem fins lucrativos (OS e OSCIPS), desenvolvendo planos estratégicos de desenvolvimento para instituições do terceiro setor.

→ **ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE**

Contadora Federal e servidora pública com experiência de mais de 20 anos. Doutoranda e mestra em Ciências Contábeis na área de atuação de Contabilidade aplicada ao Setor Público. Atualmente é a Contadora Responsável da Justiça Militar da União. Na administração Pública, atuou nas áreas contábil, orçamentária, de licitações, execução orçamentária e financeira, responsabilidade fiscal e gestão patrimonial. Atuou na assessoria técnica das Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, área responsável pela edição do Manual de Demonstrativos Fiscais e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos editados pela STN e pela coordenação dos Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e de Padronização de Procedimentos Contábeis, que debatem o conteúdo dos manuais com representantes da União, Estados e Municípios. É professora das disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão Patrimonial, Matriz de Saldos Contábeis (Siconfi e SIAFIC), Conformidade Contábil, Custos no Setor Público, Siafi e Siafem.

→ **HELOÍSA HELENA GODINHO**

Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mestre em Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP/UNB). Diretora Institucional do IBDA – Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Diretora Financeira do

IDAG – Instituto de Direito Administrativo de Goiás. Diretora de Controle Externo da AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas. Professora convidada de cursos de pós-graduação (ESA/UFG, IGD, Rede Juris, Uni-Anhanguera, IDH/BID, CERS/Estácio, Proordem, Ed. Fórum Cursos). Instrutora em Escolas de Governo (Escola Superior do Ministério Público da União, Escola Superior da Magistratura, Escolas de Contas dos Tribunais de Contas). Instrutora do Instituto Rui Barbosa – IRB. Editora Executiva e Presidente do Conselho Editorial da Revista Controle Externo do TCE-GO/Ed. Fórum. Membro do INCP - Instituto Nacional da Contratação Pública. Publica artigos em obras coletivas, revistas e sites. Coordenadora de obras coletivas editadas pela Fórum. Palestrante.

→ **FABIANO DE FIGUEIREDO ARAÚJO**

Procurador-Geral Adjunto de Consultoria de Pessoal, Normas e Patrimônio – PGFN. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília. Especialista em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Procurador da Fazenda Nacional. Professor Universitário. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Econômico, Direito Financeiro e Direito Administrativo.

→ **RODRIGO MEDEIROS DE LIMA**

Procurador do Ministério Público de Contas da União desde 2016. Foi Procurador dos Estados do Acre, Mato Grosso e Goiás entre os anos de 2012 e 2016. Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e Mestrando em Direito Econômico e Financeiro na Universidade de São Paulo.

Diante de tudo o que foi exposto, a contratação da **ESAFI – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA.** é a mais indicada para a capacitação de 08 (oito) servidores do TRE/PE que atuam na Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF.

3.2. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Não se aplica.

3.3. Das Condições de Habilitação

Serão exigidas as habilitações fiscal, social e trabalhista. As habilitações serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Regularidade perante a Fazenda federal e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

4. Descrição da Solução e Adequação Orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alíneas ‘c’ e ‘j’ e art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Descrição da Solução

Capacitação de 08 (oito) servidores deste TRE/PE na SEMANA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, com o objetivo de tornar mais eficiente a alocação e a aplicação dos recursos públicos e de tornar mais racionais os gastos governamentais com vistas a fortalecer a integração entre os Órgãos Públicos, de forma a aproximar os governos Federal, Estadual e Municipal. O intercâmbio de ideias e a troca de informações na área de Orçamento, Planejamento e Finanças, permitirão aos participantes conhecer a realidade da gestão das finanças públicas no Brasil, promovendo, também, o aprimoramento contínuo do sistema orçamentário e a sua operacionalização por parte dos servidores envolvidos.

A capacitação será ministrada na modalidade presencial, em Brasília/DF.

O prazo da execução dos serviços é de 28 horas/aula, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023, com 07 (sete) horas diárias, das 08h30 às 17h.

4.2. Adequação Orçamentária

4.2.1. Sequencial do PCA

Sequencial no Plano de Contratações Anual 154.

4.2.2. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

Natureza da Despesa 3390.39.48 e Orçamento Ordinário.

4.2.3. Modalidade da Nota de Empenho

X	Ordinário		Global		Estimativo
---	-----------	--	--------	--	------------

Definições:

**Empenho Ordinário: empenho de valor fixo, cujo pagamento ocorra de uma só vez (temos os exemplos de pagamento de curso, pedido de ata etc).*

**Empenho Estimativo: empenho cujo montante não se possa determinar previamente, tais como diárias, passagens, energia, água.*

**Empenho Global: empenho utilizado para despesa de valor determinado, sujeito a parcelamento (contratos de locação de imóvel e outros).*

5. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ e art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

Para o regular processamento desse tipo de contratação, infere-se do comando legal que devem estar presentes três requisitos básicos, quais sejam:

1. **legal**, relativo ao enquadramento do serviço no rol indicado pelo art. 6º da Lei nº 14.133/2021;
2. **subjetivo**, que se refere às qualificações pessoais do profissional/empresa (notória especialização) e

3. objetivo, que diz respeito à singularidade do serviço a ser contratado.

Os requisitos necessários à contratação estão presentes, com suporte nos dispositivos legais em referência.

Com relação ao enquadramento legal, o inciso XVIII do artigo 6º da Lei n.º 14.133/2021 menciona de forma expressa a hipótese de *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*, que é exatamente a situação dos autos.

No tocante à notória especialização da empresa, verifica-se, no item 1.8 dos Estudos Técnicos Preliminares (2203905), que está atendida a exigência da lei.

Quanto à singularidade do serviço, cumpre reportar-se às razões apresentadas nos itens 1.4, 1,5 e 1.8 dos Estudos Técnicos Preliminares (2203905).

5.1. Materiais e Equipamentos

- A contratada será responsável pelo fornecimento do material didático e material de apoio como pasta, bloco de anotações e caneta, além do certificado de participação.
- A infraestrutura física e tecnológica necessária à realização do encontro presencial (sala adequada e equipamentos de informática) será de responsabilidade da contratada.

5.2. Condições da Proposta

- A proposta deverá ter validade de 30 (trinta) dias, no mínimo;
- Valor do Investimento;
- Modalidade do Curso e carga horária;
- Dados bancários para pagamento.

5.3. Valor da Contratação

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 27.456,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), referente à participação de 08 (oito) servidores do TRE-PE. Custo de R\$ 3.432,00 por servidor.

O custo estimado com diárias e passagens aéreas para o deslocamento em questão é de **R\$ 48.896,00 (quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais)**, conforme mensagem eletrônica 2205163, totalizando **R\$ 76.352,00 (setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais)**.

5.4. Critérios de Sustentabilidade

Seguem abaixo os Critérios de Sustentabilidade que subsidiarão as contratações do Plano Anual de Capacitação 2023 do TRE/PE, conforme Informação 1159 (2110060), da Assessoria de Gestão Ambiental.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- Se couber, a empresa deverá apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência. (Lei 8.213 de 1991, Art. 93: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados.....2%; II - de 201 a 500.....3%; III - de 501 a 1.000.....4%; IV - de 1.001 em diante.....5%”)
- É obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- Apresentar declaração afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo.

6. Modelo de Execução do Objeto (art. 6, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Local e Horário da Prestação dos Serviços	Os encontros presenciais serão realizados em Brasília/DF, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023, das 08h30 às 17h.
Prazo para Prestação do Serviço	O prazo da execução dos serviços é de 28 horas/aula, no período de 30/05/2023 a 02/06/2023.

6.1. Obrigações da Contratada

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- Ministrar o curso com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos apresentados em sua proposta, no dia e horários estabelecidos.
- Emitir a nota fiscal/recibo após a execução dos serviços, bem como os demais documentos necessários à liquidação da despesa.
- Fornecer o certificado participação.

6.2. Obrigações do Contratante

- A contratante deverá realizar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), e em até 10 (dez) dias úteis, para valores superiores, contados da data do aceite e atesto pelo gestor do contrato na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta.
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7. Gestão e Fiscalização da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'f' e 'g' da Lei nº 14.133/2021)

Gestão e Fiscalização da Contratação	Servidor	Telefone	E-mail Funcional
Gestor do Contrato ou de Ata de Registro de Preços	Fernanda de Azevedo Batista	3194.9655	fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br
Fiscais da Contratação	Cristiane Paes Barreto de Castro	3194.9654	cristiane.paesbarreto@tre-pe.jus.br
	Maurício Alexandre da Silva Filho	3194-9486	mauricio.filho@tre-pe.jus.br
	Dario Queiroz Maciel Nunes Filho	3194-9493	dario.nunes@tre-pe.jus.br
	Marco Antonio de Carvalho Capella	3194-9208	marco.capella@tre-pe.jus.br

7.1. Penalidades

- Caso não haja o cumprimento das obrigações descritas no tópico 6.1, supramencionado, não será realizado o pagamento discriminado no tópico 5.3.
- Todas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. Informações Complementares

Não há informações complementares.

9. Anexos

- Proposta Oficial - ESAFI e Currículo dos instrutores (2204792);
- Consulta ao SICAF (2204794);
- Consulta ao CADIN (2204794);
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (2204794);
- Declaração conforme disposto na Resolução CNJ n.º 007/2005 (2204794);
- Declaração que não emprega menor (2204794);
- Declaração de Atendimento aos Critérios de Sustentabilidade (2204794);
- Atestados de Capacidade Técnica em favor da ESAFI (2204802);
- E-mail - Custo diárias e passagens aéreas (2205163);
- Contrato Social - ESAFI (2205297);
- Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (2205299).

10. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **DÁRIO QUEIROZ MACIEL NUNES FILHO, Coordenador(a)**, em 12/05/2023, às 09:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON COSTA RODRIGUES, Secretário(a)**, em 12/05/2023, às 11:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO, Coordenador(a)**, em 12/05/2023, às 11:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO DE CARVALHO CAPELLA, Analista Judiciário(a)**, em 12/05/2023, às 11:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE AZEVEDO BATISTA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 12/05/2023, às 11:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2204305** e o código CRC **69098000**.